



TERMO DE COOPERAÇÃO N ° 012.2026

Termo de Cooperação que entre si celebram o **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE RECUPERAÇÃO DO RIO DOCE** e a **SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**, tendo por objeto a Descentralização de recursos para Requalificação do Porto localizado no Distrito de Regência no município de Linhares-ES.

A **SECRETARIA DE ESTADO DE RECUPERAÇÃO DO RIO DOCE – SERD**, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 58.838.175/0001-52, com sede na Rua Tenente Mário Francisco Brito, nº 420, Ed. Vértice Empresarial, 18º andar, bairro Enseada do Suá, Vitória – ES, CEP 29.050-555, neste ato representada pela Sr^a. **MARGARETH BATISTA SARAIVA COELHO**, Secretária de Estado, N° funcional 2927950, nomeado através do Decreto 734-S, de 07 de abril de 2026, publicado em 08 de abril de 2026, doravante denominado **CONCEDENTE**, e a **SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SEDURB**, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 08.673.715/0001-17, com sede na R. Alberto de Oliveira Santos, 42, Ed. Ames, 20º andar - Centro CEP: 29010-901 - Vitória/ES, doravante denominado **EXECUTANTE**, neste ato representada pelo seu Secretário de Estado, Sr. **MARCOS AURÉLIO SOARES DA SILVA**, em conformidade com os autos do processo nº. **2025-5RN8D** e com fundamento na Lei nº. 12.329 de 26 de dezembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor); no Decreto Estadual nº. 3541-R de 12 de março de 2014 (Decreto que regulamenta a Descentralização de Crédito), e ainda, em conformidade com o Art. 2º §§ 2º e 3º e o Art. 16 da Lei Complementar nº 1.102/202 e demais disposições do mesmo diploma legal, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui o objeto deste Termo de Cooperação a descentralização de recursos oriundos do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva relativo ao rompimento da Barragem de Fundão para Requalificação do Porto localizado no Distrito de Regência no município de Linhares-ES, conforme Plano de Trabalho anexo, que passa a integrar o presente Termo para todos os fins, como parte integrante e indissociável.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES

2.1 A efetivação do presente Termo de Cooperação dar-se-á mediante descentralização de créditos orçamentários e do repasse dos respectivos recursos financeiros da Secretaria de Estado de Recuperação do Rio Doce (**CONCEDENTE**) para o(a) Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (**EXECUTANTE**).



2.2. Para fins deste Termo de Cooperação e nos termos do art. 7º do Decreto Estadual nº 3541-R de 12 de março de 2014, o órgão ou entidade que libera e aquele que recebe o crédito orçamentário, são denominados **CONCEDENTE** e **EXECUTANTE**, respectivamente.

2.3. Os recursos oriundos do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva relativo ao rompimento da Barragem de Fundão objeto desta descentralização serão transferidos pelo **EXECUTANTE**, por meio de Convênio, ao município de Linhares/ES, responsável pela execução da obra de Requalificação Urbanística de Povoação e Construção do Porto no município de Linhares-ES, conforme cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

I – Das Obrigações Comuns dos Partícipes

- a)** Compartilhar, entre si, as informações que se fizerem necessárias à adequada execução das atividades previstas neste Termo;
- b)** Participar, de forma periódica, de reuniões destinadas ao monitoramento das ações programadas e à avaliação dos resultados pactuados;
- c)** Realizar apresentações relativas aos projetos vinculados a este Termo, em comitês, eventos, reuniões ou outras instâncias que se fizerem necessárias ao cumprimento de obrigações decorrentes do Acordo Judicial e perante órgãos de controle ou monitoramento;
- d)** Divulgar, por meio dos canais institucionais oficiais, as ações decorrentes da presente parceria, garantindo ampla publicidade e transparência à sociedade.

II - Compete ao CONCEDENTE:

- a)** descentralizar os créditos orçamentários e repassar os respectivos recursos financeiros necessários à execução do objeto descrito na **CLÁUSULA PRIMEIRA**;
- b)** prestar a colaboração solicitada pelo **EXECUTANTE**, na medida de sua capacidade e em conformidade com seu regimento interno;
- c)** avaliar o desenvolvimento dos programas e projetos previstos neste instrumento, juntamente com o **EXECUTANTE**.
- d)** colaborar, quando solicitado pelo **EXECUTANTE**, na elaboração dos instrumentos jurídicos necessários à execução do presente instrumento;
- e)** aprovar os instrumentos jurídicos necessários à execução do presente Termo de Cooperação.

III – Compete ao EXECUTANTE:

- a)** elaborar, em parceria com o **CONCEDENTE**, os instrumentos jurídicos necessários à execução do presente instrumento, de modo a atingir as metas deste Termo de Cooperação;



b) proporcionar suporte administrativo, técnico, financeiro e humano para o necessário e fiel cumprimento do acordado neste instrumento;

IV - Compete ao EXECUTANTE o acompanhamento do cumprimento das obrigações abaixo pelo CONVENIENTE no âmbito do convênio a ser firmado para a execução do objeto:

a) Apresentar, semestralmente, relatórios de execução dos projetos, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a.1) Descrição dos ajustes realizados no curso da execução dos projetos;

a.2) Cronograma físico-financeiro atualizado, com a indicação dos percentuais programados e efetivamente executados.

b) Assegurar livre acesso aos agentes da administração pública, de controle interno ou externo, a todos os documentos relacionados a este Termo, bem como aos elementos vinculados à sua execução.

c) Manter sigilo sobre as informações classificadas como sensíveis, nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), obtidas em razão da execução deste Termo, sendo vedada sua divulgação, salvo mediante autorização expressa da SERD.

d) Fornecer, sempre que solicitado, informações complementares decorrentes de auditorias, monitoramentos ou avaliações realizadas por órgãos e entidades da administração pública ou por instituição designada pela SERD.

e) Cadastrar este Termo de Cooperação no sistema de gestão de projetos disponibilizado pela SERD e mantê-lo atualizado trimestralmente (PMO).

f) Em atenção ao disposto na Cláusula 3 do Anexo 21 do Acordo Judicial de Reparação Integral e Definitiva relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, a EXECUTANTE compromete-se a assegurar a alimentação regular, fidedigna e tempestiva do Portal da Transparência do Acordo de Mariana, com os dados, documentos e informações relativos à execução do presente instrumento, de forma semestral.

g) Promover a adequada identificação dos projetos e dos bens adquiridos com recursos oriundos do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, incluindo a inserção da logomarca da SERD (<https://serd.es.gov.br/brasao>) e SEDURB (<https://sedurb.es.gov.br/brasao>) em todo material de divulgação, documentos ou quaisquer produtos decorrentes da execução do projeto, inclusive, placas de execução ou inauguração de obras e afins.

h) Realizar apresentações relativas aos projetos vinculados a este Termo, em comitês, eventos, reuniões ou outras instâncias que se fizerem necessárias ao cumprimento de obrigações decorrentes do Acordo Judicial e perante órgãos de controle ou monitoramento;

i) Divulgar, por meio dos canais institucionais oficiais, as ações decorrentes da presente parceria, garantindo ampla publicidade e transparência à sociedade



j) Apresentar a prestação de contas final referente à totalidade dos recursos recebidos, que deverá ser entregue em até 120 (cento e vinte) dias após a aprovação da prestação de contas final do Convênio celebrado com o município de Linhares/ES, e que deverá ser composta, no mínimo, pelos seguintes documentos:

k) Comprovação de conta bancária específica para recebimento dos recursos oriundos deste termo;

k.1) Relatório de Cumprimento do Objeto (Relatório Técnico);

k.2) Declaração de realização dos objetivos pactuados no instrumento;

k.3) Extratos da conta bancária específica do período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento e conciliação bancária;

k.4) Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, com a devida indicação dos respectivos registros patrimoniais, quando for o caso.

k.5) Termo de compromisso por meio do qual o EXECUTANTE será obrigado a manter a guarda dos documentos relacionados ao termo de cooperação, pelo prazo:

k.5.1) Fase corrente: durante a vigência do Termo de Cooperação decorrente deste Plano de Trabalho;

k.5.2) Fase intermediária: durante a vigência do Acordo para Reparação Integral e Definitiva relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, prevista até o ano de 2044;

k.5.3) Destinação final: pelo prazo de 10 (dez) anos contados a partir do encerramento do referido Acordo para Reparação Integral e Definitiva relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão.

3.1 As disposições constantes nas alíneas “a” a “k.5.3” do inciso IV desta cláusula deverão estar transcritas como obrigações do ente CONVENIENTE no instrumento de convênio a ser firmado para consecução do objeto deste Termo de Cooperação, a fim de possibilitar o seu integral cumprimento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Para a execução do objeto deste TERMO DE COOPERAÇÃO, serão destinados recursos no valor de R\$ 4.551.631,70 (quatro milhões quinhentos e cinquenta e um mil seiscentos e trinta e um reais e setenta centavos) para o período de junho de 2026 a junho de 2028, sendo a distribuição dos recursos nos respectivos exercícios definido em portaria publicada, no mínimo, anualmente pelo CONCEDENTE, à conta de dotação consignada na Lei Orçamentária Anual – LOA, 1.854.300.181.161 - Apoio e Execução de Projetos e Ações Integradas para Cumprimento do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa a Barragem de Fundão Mariana/MG, Natureza da Despesa 444404200 Transferências a Municípios/auxílios, Fonte 899000103, a ser descentralizado via Nota de Descentralização de Crédito – DC. Os recursos necessários à execução do objeto do presente termo de cooperação, para os exercícios de 2027 e 2028, serão alocados por apostilamento.

5.1 As dotações recebidas para o desenvolvimento das ações objeto do presente Termo de Cooperação serão utilizadas exclusivamente para o fim proposto.



5.2 O valor a ser transferido pelo EXECUTANTE e o cronograma de desembolso do Convênio a ser firmado com o município de Linhares/ES deverão estar em consonância com o valor e a distribuição dos recursos nos respectivos exercícios previstos neste Termo de Cooperação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Cooperação vigorará por 24 (vinte e quatro) meses, a partir da sua assinatura, acrescido de 120 (cento e vinte) dias de prazo para a apresentação da prestação de contas, tendo em vista a necessidade de aprovação da prestação de contas final e do encerramento do Convênio firmado pelo EXECUTANTE e o município de Linhares/ES para a execução do objeto deste Termo de Cooperação.

6.2 Havendo atraso na execução do objeto deste Termo de Cooperação, o prazo de vigência do instrumento será prorrogado de ofício pelo CONCEDENTE, antes do seu término, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

A transferência e a aplicação dos recursos pelo EXECUTANTE deverão observar o instrumento de Convênio a ser formalizado com o município de Linhares/ES, bem como as regras do Decreto Estadual nº 2.737-R/2011.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

O CONCEDENTE, por meio de técnico especialmente por ele indicado, fará o acompanhamento, a supervisão e a avaliação do Termo de Cooperação e, por ocasião da prestação de contas, o referido técnico emitirá parecer conclusivo acerca do atingimento do objeto.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente TERMO DE COOPERAÇÃO será publicado no Diário Oficial do Estado às expensas do CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro do Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente termo de cooperação, que não puderem ser resolvidas administrativamente.

Vitória (ES), 12 de maio de 2026

Concedente:

MARGARETH BATISTA SARAIVA COELHO
Secretária de Estado de Recuperação do Rio Doce – SERD

Executante:

MARCOS AURÉLIO SOARES DA SILVA
Secretário de Estado – SEDURB



ANEXO I – PLANO DE TRABALHO



 GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano	ANEXO I - PLANO DE TRABALHO	 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DE RECUPERAÇÃO DO RIO DOCE
--	--	--

1. DADOS CADASTRAIS

1.1. PRIMEIRO PARTÍCIPE - CONCEDENTE

Secretaria de Estado de Recuperação do Rio Doce - SERD			CNPJ: 58.838.175/0001-52
Endereço			
R. Ten. Mário Francisco Brito, nº 420 - Enseada do Suá, Ed. Vértice, 18º andar, salas comerciais 1801 a 1804			
Cidade	UF	CEP	Telefone
Vitória	ES	29050-555	(27) 36361450
Nome do Responsável			Matrícula
Margareth Batista Saraiva Coelho			3167330
Cargo			
Secretário de Estado de Recuperação do Rio Doce			
Nº Decreto de Nomeação			Data da Publicação no DIO
DECRETO Nº 250-S, DE 07/02/2025			10/02/2025

1.2. SEGUNDO PARTÍCIPE - EXECUTANTE

Órgão/Entidade Executante Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDURB			CNPJ: 08.673.715/0001-17
Endereço Rua Alberto de Oliveira Santos, nº 42, Edifício AMES, 20º andar, Centro			
Cidade Vitória	UF ES	CEP 29010-901	DDD/TEL (27) 3636-5041 / (27) 3636-5042
Nome do Representante legal do proponente Marcos Aurélio Soares Da Silva			
Cargo Secretário de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano			
Nº Decreto de Nomeação DECRETO Nº 039-S			Data da Publicação no DIO 09/01/2025
Responsável técnico pelo projeto de engenharia Cláudio de Oliveira (SERPENGE) – 014890/D – Projeto de Iluminação Pública Vitor Folador Gonçalves (DOME Engenharia) - 037357/D – Projeto Estrutural e Fundações Marcos Correia Silva (SERPENGE) – A197610 – Projeto Arquitetônico e Urbanístico			
Nome Ricardo Antonio Bassetti De Abreu (SEDURB)			Número Funcional 4685857
E-mail ricardo.bassetti@sedurb.es.gov.br			Telefone (27) 3636-5039



2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

2.1 TÍTULO DO PROJETO

Celebração de Termo de Cooperação de Descentralização de recursos para Requalificação do Porto localizado no Distrito de Regência no município de Linhares-ES.

2.2 DURAÇÃO.

Início (indicar mês/ano)	Término (indicar mês/ano)
06/2026	06/2028

2.3. VALOR TOTAL DO PROJETO

Valor total da Obra: **R\$ 4.551.631,70** (quatro milhões quinhentos e cinquenta e um mil seiscentos e trinta e um reais e setenta centavos).

Valor contemplado pelo termo de cooperação SERD – SEDURB: **R\$ 4.551.631,70** (quatro milhões quinhentos e cinquenta e um mil seiscentos e trinta e um reais e setenta centavos). Sendo R\$ 4.551.631,70 em 2026.

2.4 RESUMO DO PROJETO

A proposta visa a requalificação do porto localizado no distrito de Regência, com o objetivo de melhorar a infraestrutura, valorizar o território e o turismo e assegurar melhores condições de uso e acessibilidade.

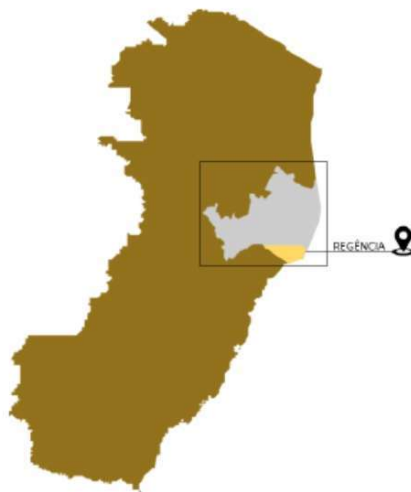


Figura 1 – Mapa de Localização de Regência no município de Linhares/ES



- **MURO DE ARRIMO:** o muro de gabião existente encontra-se apenas apoiado no leito do rio, sem indícios de fundação adequada. A ação contínua das marés e das ondas tem provocado o carreamento de areia na base, ocasionando o progressivo afundamento da estrutura.



Figura 3 – Condições estruturais do porto de regência

- DECK DE MADEIRA: encontra-se deteriorado e sem suporte, uma vez que o aterro sob o

deck está sendo carregado pelo rio.



Figura 4 – Estrutura existente do deck de madeira e do corrimão

- **CORRIMÃO DE MADEIRA:** está comprometido estruturalmente, apresentando risco de queda.

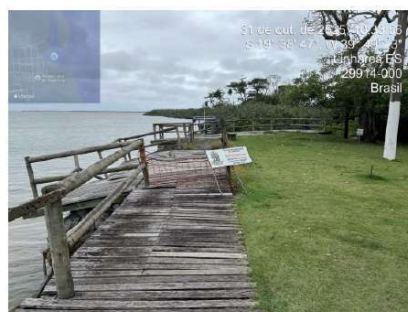


Figura 5 – Estrutura existente do deck de madeira e do corrimão

- **DIFICULDADE DE ACESSO ÀS EMBARCAÇÕES:** observou-se que, durante a maré baixa ou períodos de vazante do rio, o acesso aos barcos torna-se dificultado.



Figura 6 – Acesso com as embarcações



- **VEGETAÇÃO INADEQUADA:** foi solicitada a retirada de árvores exóticas, que já se encontram em processo de morte, e a substituição por espécies mais adequadas ao ambiente urbano.



Figura 7 – Acesso com as embarcações

Para a requalificação do Porto, de aproximadamente 1600m², as intervenções visam a execução:

DECK DE MADEIRA	PÍER FLUTUANTE
ÁREA VERDE COM GRAMA E ÁRVORES E CAMINHOS DE PEDESTRES PAVIMENTADOS COM INTERTRAVADOS	MOBILIÁRIOS URBANOS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

2.5 JUSTIFICATIVA

2.5.1 Do ponto de vista técnico e de política pública

A necessidade desta intervenção decorre do estado crítico das condições estruturais do



porto, que se apresentam precárias e com diversos pontos de comprometimento, conforme evidenciado nas Figuras 3 a 7. Observa-se um processo acelerado de degradação, associado à ação de agentes naturais e à erosão, além de manifestações de instabilidade e insuficiência de sustentação estrutural em diferentes trechos.

Esse cenário compromete a integridade da estrutura e eleva significativamente o risco de ocorrência de acidentes, tornando indispensável a adoção de medidas corretivas para garantir a segurança dos usuários e a adequada funcionalidade do equipamento.

Sendo assim, a requalificação do porto proporcionará benefícios diretos e imediatos, sobretudo no que se refere à melhoria da infraestrutura local, garantindo maior segurança, conforto e acessibilidade aos usuários e moradores, com reflexos positivos nas condições de uso do espaço público.

Além disso, a intervenção assume caráter estratégico ao incorporar ações que contribuem para a compensação dos impactos ambientais sofridos, especialmente no que diz respeito à valorização socioeconômica da população diretamente afetada, como os pescadores, por meio da qualificação do ambiente de trabalho, do ordenamento das atividades e do incentivo à retomada das práticas produtivas locais.

Para a população em geral e para os visitantes, a proposta promove a reestruturação urbanística da área, transformando-a em um espaço mais atrativo, funcional e acolhedor, favorecendo o lazer, a convivência e o uso coletivo. Regência, reconhecida por seu expressivo potencial turístico, tende a ser ainda mais valorizada, com estímulo à visitação e ao desenvolvimento de atividades comerciais vinculadas ao turismo, fortalecendo a economia local de forma sustentável.

Dessa forma, a intervenção não apenas qualifica a infraestrutura existente, mas também atua como instrumento de reequilíbrio territorial, promovendo benefícios sociais, econômicos e ambientais, ao mesmo tempo em que ressignifica o espaço urbano como elemento de integração entre a comunidade, o meio ambiente e o turismo.

2.6 OBJETIVOS

2.6.1. Objetivo Geral

O objetivo geral da intervenção é promover a requalificação do porto, de modo a sanar os riscos estruturais existentes, garantindo condições adequadas de segurança, estabilidade e funcionalidade. Adicionalmente, a proposta configura-se como medida de caráter compensatório aos impactos decorrentes do desastre ambiental no Rio Doce, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população afetada diretamente e indiretamente, especialmente aqueles que dependem do porto para suas atividades cotidianas e subsistência.

2.6.2 Objetivo Específico

Como objetivos específicos, destacam-se: ampliar as opções de lazer na vila, por meio da qualificação e reestruturação do espaço público; estimular a visitação turística, considerando o elevado potencial paisagístico da área, marcada pelo encontro do rio com o mar; apoiar economicamente os trabalhadores que dependem do porto para o embarque e



desembarque de pequenas e médias embarcações, promovendo melhores condições de operação e uso; e valorizar o espaço como ponto de convivência e manifestação cultural, tendo em vista sua utilização recorrente para festividades locais, reforçando sua relevância social, turística e cultural para a comunidade.
2.7 ÁREA DE ABRANGÊNCIA
O projeto beneficiará diretamente os moradores de Regência e, de forma ampliada, usuários de toda a região de Linhares, do Espírito Santo e de outros estados, que venham a passar pela região. As informações detalhadas sobre o público beneficiado constam no tópico a seguir.
2.8 PÚBLICO BENEFICIADO
O projeto beneficiará diretamente os moradores de Regência, especialmente aqueles que dependem do porto para o exercício de atividades produtivas, como a pesca, ao proporcionar melhores condições de trabalho, segurança e operação. De forma ampliada, a intervenção alcançará usuários de toda a região de Linhares, do Espírito Santo e de outros estados que venham a frequentar a localidade, ampliando a abrangência dos seus impactos. Sob a perspectiva socioeconômica, o projeto contribuirá para o fortalecimento das atividades turísticas e comerciais, impulsionando a economia local tanto de forma direta, por meio do apoio à pesca e às atividades vinculadas ao porto, quanto indireta, ao fomentar a realização de eventos, a prática de esportes ao ar livre e a valorização de espaços públicos urbanizados. Ademais, a requalificação proporcionará um ambiente mais atrativo para visitantes, favorecendo a permanência e o consumo local, além de incentivar a apreciação qualificada do espaço, reforçando seu papel como elemento de integração social, cultural e econômica da região.
2.9 META TOTAL – INDICADOR
2.9.1 Meta Requalificação Urbanística do Porto de Regência Augusta, Município de Linhares/ES 2.9.2 Indicador de Monitoramento Percentual físico-financeiro executado mensalmente (%/mês)
2.10 BENEFÍCIOS/RESULTADOS ESPERADOS COM O PROJETO
1. Garantia da integridade física do porto por meio da eliminação dos riscos estruturais, estabilização de áreas degradadas e mitigação de processos erosivos, proporcionando maior segurança aos usuários e prevenindo a ocorrência de acidentes. 2. Garantia da integridade física do porto por meio da eliminação dos riscos



estruturais, estabilização de áreas degradadas e mitigação de processos erosivos, proporcionando maior segurança aos usuários e prevenindo a ocorrência de acidentes.

3. Apoio direto aos pescadores e trabalhadores locais, com melhoria das condições de embarque e desembarque, maior organização das atividades produtivas e incentivo à retomada e fortalecimento da economia pesqueira.
4. Dinamização da economia por meio do estímulo às atividades comerciais e de serviços, geração de renda e aumento da circulação de pessoas, com impactos positivos diretos e indiretos no comércio local.
5. Fortalecimento de Regência como destino turístico, aproveitando seu valor paisagístico singular, especialmente o encontro do rio com o mar, e ampliando a atratividade para visitantes de Linhares, do Espírito Santo e de outras regiões.
6. Criação e qualificação de espaços destinados ao lazer, convivência social e prática de esportes ao ar livre, promovendo bem-estar e incentivando a apropriação do espaço público pela comunidade.
7. Fortalecimento do porto como espaço de encontro e identidade local, incentivando a realização de eventos e festividades, além de valorizar as manifestações culturais da comunidade.
8. Melhoria estética, funcional e organizacional da área, com criação de um ambiente mais acessível, atrativo e acolhedor, promovendo a integração entre infraestrutura, paisagem, atividades econômicas e uso social.

2.11 RISCOS E RESTRIÇÕES

Tipo de Risco/Restrição	Descrição	Impacto Potencial	Medidas de Mitigação
Ambiental e de Licenciamento	Possíveis atrasos na obtenção de licenças ambientais e autorizações legais necessárias à execução da obra.	Atraso no cronograma e na liberação de recursos.	Antecipação da tramitação junto a Secretaria.
Financeiro e Orçamentário	Eventuais variações de custos de materiais, mão de obra ou serviços de engenharia.	Elevação dos custos totais e necessidade de readequação orçamentária.	Atualização e acompanhamento periódico das planilhas orçamentárias e previsão de reserva técnica.
Climático	Períodos de chuvas intensas que possam afetar a execução da obra.	Atrasos no cronograma e aumento de custos.	Programar as etapas críticas para períodos de menor incidência de chuvas.
Social e Comunitário	Resistência pontual de comerciantes ou moradores próximos à área de implantação.	Atraso na execução ou necessidade de adequações no projeto.	Ações de comunicação social e esclarecimento público sobre os benefícios e etapas do



			empreendimento.
Técnico-Projetual	Necessidade de adequações de projeto durante a execução, em função de condições imprevistas.	Replanejamento técnico e possíveis acréscimos contratuais	Estudos preliminares detalhados e acompanhamento técnico contínuo.
Gestão e Governança	Descontinuidade administrativa ou mudanças de prioridade na gestão pública	Risco de paralisação ou reprogramação do projeto.	Inserção do projeto no planejamento estratégico municipal e acompanhamento por comitê gestor.
2.12 VIABILIDADE TÉCNICA			
O empreendimento apresenta plena viabilidade técnica, sustentada pelos projetos já elaborados e protocolados, que contemplam: • Estudos topográficos; • Projeto de Urbanismo; • Projeto de Paisagismo; • Projeto de Iluminação Pública; • Projeto Estrutural. Além disso, o processo inclui: • Planilha orçamentária detalhada, contemplando custos de materiais, serviços e contingências; • Memoriais de cálculo e descritivos, assegurando a precisão técnica e o atendimento às normas aplicáveis; • ARTs (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos responsáveis pelos projetos e do orçamento; Todos os documentos foram analisados e validados pela equipe técnica da SEDURB, garantindo que o projeto atenda aos requisitos das instruções normativas do IBRAOP, da Resolução 366/2022 do TCEES e do Decreto 2.737-R, confirmando a viabilidade técnica do empreendimento para execução.			
2.13 INFRAESTRUTURA EXISTENTE NO ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO			
A SEDURB possui ampla capacidade técnica e operacional para execução do presente plano de trabalho, consolidada pela experiência adquirida em mais de 400 convênios firmados com quase todos os 78 municípios do Estado do Espírito Santo. Essa atuação contínua demonstra a expertise do corpo técnico e operacional da secretaria, especialmente no acompanhamento de projetos, gestão e transferência de recursos, bem como no atendimento às normas técnicas e legais aplicáveis. Além disso, o município de Linhares dispõe de responsáveis técnicos qualificados,			



formalmente indicados por meio de declaração expressa do Prefeito, que atesta a capacidade técnica e gerencial do município para conduzir o empreendimento. A declaração reforça que a equipe local possui habilitação, experiência e respaldo administrativo para acompanhar, fiscalizar e executar o projeto conforme os padrões exigidos, garantindo o cumprimento das metas, prazos e resultados esperados.

Dessa forma, a combinação da experiência da SEDURB com a responsabilidade técnica e gerencial do município assegura plena capacidade de execução do plano de trabalho, garantindo eficiência, segurança e conformidade com as exigências legais e normativas.

2.14 EQUIPE DE PROFISSIONAIS QUE ATUARÃO NA EXECUÇÃO DA PROPOSTA. IDENTIFICAR O COORDENADOR DO PROJETO.

NOME	FORMAÇÃO
Ricardo Antonio Bassetti De Abreu (SEDURB)	Engenheiro Civil

2.15 EQUIPE PMO (indicar ponto(s) focal(is) do Executor para fins deste Plano de Trabalho)

NOME	DADOS PARA CONTATO (Email e telefone)
Será indicado pelo município	A depender da indicação municipal



3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO - OBRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
Secretaria Municipal De Obras e Serviços Urbanos - SEMOS
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO



CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO - REGIME DE EXECUÇÃO POR PREÇO GLOBAL

PROJETO URBANÍSTICO DE REQUALIFICAÇÃO DO PORTO VILA DE REGÊNCIA AUGUSTA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	REPASSE	VALOR DAS OBRAS	1º MÊS (%)	2º MÊS (%)	3º MÊS (%)	4º MÊS (%)	5º MÊS (%)	6º MÊS (%)
1.0	INSTALAÇÃO MANUT. CANTEIRO MOB., DESMOB. E PLACA DE OBRA	R\$	94.086,85	94.086,85					
		%		100,00%					
2.0	SERVIÇOS PRELIMINARES E MOVIMENTO DE TERRA	R\$	810.658,39	405.329,20	243.197,52	162.131,68			
		%		50,00%	30,00%	20,00%			
3.0	ESTRUTURA	R\$	2.066.105,59		206.610,56	826.442,24	1.033.052,80		
		%			10,00%	40,00%	50,00%		
4.0	PAREDES E REVESTIMENTOS	R\$	32.864,35			16.432,18	16.432,18		
		%				50,00%	50,00%		
5.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$	124.011,35			24.802,27	37.203,41	49.604,54	12.401,14
		%				20,00%	30,00%	40,00%	10,00%
6.0	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	R\$	14.984,90					5.993,96	8.990,94
		%						40,00%	60,00%
7.0	SERVIÇOS COMPLEMENTARES EXTERNOS	R\$	1.408.920,27			70.446,01	422.676,08	493.122,09	422.676,08
		%				5,00%	30,00%	35,00%	30,00%
PREVISÃO DE DESEMBOLSO MENSAL				499.416,05	440.808,08	1.100.254,37	1.509.364,46	548.720,59	444.068,16
DESEMBOLSO ACUMULADO				499.416,05	940.224,12	2.040.478,49	3.558.842,95	4.107.563,54	4.551.631,70
% PARCIAL				10,97%	9,88%	24,17%	33,16%	12,96%	9,76%
% ACUMULADA				10,97%	20,85%	45,03%	78,19%	90,24%	100,00%

2026-M1W1WV - E-DOCS - CÓPIA SIMPLES: 08/05/2026 15:56 PÁGINA 11 / 20



3.1. DESCRIÇÃO DETALHADA DAS AÇÕES PROPOSTAS

AÇÃO 1:
Título da Ação
Requalificação do Porto de Regência Augusta, Município de Linhares/ES
Estágio
1. Avaliação da proposta (SEDURB): finalizado 2. Realização da licitação (Linhares): não iniciado 3. Contratação de empresa (Linhares): não iniciado 4. Elaboração dos projetos executivos (Linhares): iniciado 5. Execução das obras (Linhares): não iniciado
Descrição
A etapa de avaliação da proposta foi conduzida pela Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB), responsável pela análise técnica e administrativa da solicitação apresentada pelo Município de Linhares. Nessa fase, foram examinados a documentação, a compatibilidade dos objetivos do projeto com as diretrizes do programa e a viabilidade técnica e financeira da intervenção proposta. Concluída a análise, a proposta foi considerada adequada e aprovada para celebração do convênio. Após a aprovação da proposta, o Município de Linhares promoverá o processo licitatório, em conformidade com a legislação vigente, visando à seleção da empresa responsável pela execução das obras. A licitação deverá transcorrer de forma regular, com a devida publicidade dos atos, análise das propostas apresentadas e julgamento conforme os critérios estabelecidos no edital. Concluída a licitação, procederá à formalização do contrato administrativo entre o Município de Linhares e a empresa vencedora. Nessa etapa, serão definidos os prazos, valores, obrigações contratuais e condições para execução dos serviços, bem como apresentadas as garantias exigidas e a documentação complementar. Com a assinatura do contrato, será viabilizado o início das etapas operacionais do empreendimento. A fase de execução das obras ainda não foi iniciada, estando condicionada à conclusão e aprovação dos projetos executivos. Após essa etapa, será dado início à construção e implantação da Requalificação do Porto de Regência Augusta, Município de Linhares/ES, conforme os projetos aprovados, sob o acompanhamento técnico da equipe de fiscalização municipal e da SEDURB. Essa fase visa atingir plenamente os objetivos já mencionados, garantindo a execução conforme as especificações técnicas, o cronograma físico-financeiro e os padrões de qualidade estabelecidos no contrato. A opção por realizar a obra e conduzir o processo licitatório diretamente pelo Município de Linhares apresenta-se como a alternativa mais vantajosa e eficiente para a execução do empreendimento. O município possui conhecimento aprofundado das condições locais, dos problemas estruturais enfrentados e das demandas específicas da população, fatores que contribuem para uma melhor definição das soluções técnicas e para uma gestão mais próxima e efetiva das etapas do projeto. Essa proximidade com a realidade territorial permite decisões mais assertivas, agilidade na resolução de eventuais imprevistos e maior

2026-M11MMWV - E-DOCS - CÓPIA SIMPLES 08/05/2026 15:56 PÁGINA 12 / 20



capacidade de articulação com a comunidade e os agentes locais envolvidos.

Outro aspecto que reforça a vantajosidade dessa condução municipal é o fato de que os projetos, memoriais e demais documentos técnicos já foram elaborados pelo próprio município, o que assegura total aderência às necessidades locais e reduz significativamente o tempo entre a aprovação do convênio e o início da execução física da obra. A familiaridade da equipe técnica de Linhares com o conteúdo e as especificações do projeto garante também melhor controle sobre a qualidade da execução, compatibilidade entre as etapas e otimização do acompanhamento e fiscalização.

Cabe destacar que o orçamento-base do projeto possui uma data de referência atualizada, os valores foram avaliados e verificados pelo técnico analista da proposta da SEDURB, o qual constatou que os custos são compatíveis com a realidade de mercado atual, não comprometendo a viabilidade financeira da intervenção. Tal constatação reforça a adequação do planejamento orçamentário elaborado pelo município e assegura que os recursos previstos serão suficientes para a plena execução da obra dentro dos padrões de qualidade estabelecidos.

Por fim, a execução direta pelo município favorece uma gestão integrada e participativa do projeto, permitindo que o poder público local exerça maior controle sobre o cronograma, os recursos aplicados e os impactos socioeconômicos gerados. Essa condução fortalece o papel do município como agente executor de políticas públicas urbanas e consolida sua capacidade de gestão de convênios, refletindo positivamente na eficiência da aplicação dos recursos públicos e na qualidade das entregas à comunidade.

Finalidade
Requalificação do Porto de Regência Augusta, Município de Linhares/ES, objetivando os itens descritos no tópico 2.6.
Indicador
Percentual físico-financeiro da obra realizado.
Metas
Requalificação do Porto de Regência Augusta, Município de Linhares/ES 100% realizado até conclusão do contrato
Responsável
SEDURB/Linhares: órgão executante
Metodologia
A metodologia adotada para a execução do objeto será a celebração de convênio entre a SEDURB e a Prefeitura Municipal de Linhares/ES, cabendo ao município a execução direta da obra, por meio da contratação da empresa, selecionada conforme o rito licitatório vigente. A Requalificação do Porto de Regência Augusta será executada de modo a atender à configuração, aos parâmetros técnicos e aos requisitos definidos na proposta apresentada pela Prefeitura de Linhares à SEDURB, bem como às especificações constantes no contrato firmado com a empresa executora, sintetizadas no item 2.4 deste Plano de Trabalho.



Abrangência
A implantação da Requalificação do Porto de Regência Augusta está situada conforme Figura 1 e 2 e beneficiará os municípios de Linhares, os usuários de toda a região norte do Espírito Santo e viajantes de outros estados que transitarão na região, conforme descrito no tópico 2.8.
Recursos necessários
Os recursos humanos, materiais e financeiros empregados na execução do objeto serão compostos pelo capital técnico da equipe da SEDURB, da Prefeitura Municipal de Linhares e da empresa contratada. Os recursos financeiros serão provenientes da Secretaria de Estado de Recuperação do Rio Doce (SERD) conforme descrito no tópico 2.3, cronograma físico financeiro e cronograma desembolso, a complementação dos recursos financeiros serão obtidos através de contrapartida por parte do município, enquanto os demais recursos materiais, humanos e equipamentos necessários à execução da obra serão disponibilizados pela empresa executora, conforme estabelecido em contrato. Todos os insumos, quantitativos e responsabilidades estão devidamente elencados nas planilhas orçamentárias propostas e licitadas, bem como nas demais peças técnicas que compõem o processo: memoriais descritivos, cronogramas físicos-financeiros, declarações e demais documentos complementares.
Período de Execução
Período de execução da obra previsto: 6 meses, sendo de 07/2026 a 12/2026 Período de execução contemplado pelo Termo de Cooperação: 24 meses, sendo de 06/2026 a 06/2028. Esse prazo ampliado visa absorver eventuais atrasos, imprevistos, trâmites burocráticos, prestações de contas parciais e final, além de mitigar a necessidade de eventual prorrogação.
Parceiros Estratégicos
• SERD: concedente de recursos financeiros, órgão que libera o crédito orçamentário. • SEDURB: responsável pelo repasse dos recursos financeiros ao Município, órgão que recebe o crédito orçamentário. • Prefeitura de Linhares: órgão responsável pela execução das obras
Estratégias de comunicação com interessados
A Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB) realizará vistorias in loco e das documentações para verificação da execução física, as quais servirão como pré-requisito para a emissão de Prestação de Contas Parcial e consequente liberação de novas parcelas financeiras, condicionada à utilização do saldo em conta do convênio. Adicionalmente, após finalização da obra, será conduzida Prestação de Contas Final, abrangendo a averiguação da totalidade do objeto e do respectivo parecer conclusivo.

2026-M1MMWV - E-DOCS - CÓPIA SIMPLES 08/05/2026 15:56 PÁGINA 14 / 20



Adicionalmente, a empresa contratada elaborará Boletins de Medição (BMs) mensais. Estes documentos, que registrarão os serviços executados no período, serão submetidos à conferência e validação da equipe técnica da Prefeitura de Linhares e, após o ateste do fiscal, serão encaminhados para o processamento do pagamento. À medida que o projeto avança, novas estratégias e canais de comunicação poderão ser implementados ou ajustados, conforme a necessidade e o estágio de execução do contrato. A comunicação e o diálogo com a comunidade local serão garantidos por meio de múltiplos canais: ✓ Reuniões Presenciais com os moradores diretamente impactados; ✓ Avisos Públicos em locais estratégicos; ✓ Instalação de Placa de Identificação da Obra, com descrição do objeto, valor, prazo e participantes envolvidos, em ponto de ampla visibilidade; ✓ Comunicados Oficiais da Prefeitura e, quando pertinente, Divulgação nos canais digitais institucionais. O conjunto destas ações visa garantir a máxima transparência das atividades e estabelecer um diálogo permanente e eficaz entre o Poder Público, a empresa contratada e os moradores diretamente impactados.
Outras Informações relevantes



3.2. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA - ATIVIDADES TÉCNICAS PLANEJADAS PELO EXECUTOR (%)

Nº da Ação	Descrição da ação	Und.	Qtde Total	ANO 1				ANO 2				ANO 3			
				1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
1	Requalificação do Porto de Regência Augusta no Município de Linhares/ES	%	100,00			45,03	54,97								

3.3. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO - CONCEDENTE E EXECUTOR

A ser definido em conjunto pela equipe técnica do executor e da concedente

Item	Especificação	Indicador Físico		Duração		Responsável
		Unid	Quant	Início	Término	
1	Avaliar o desenvolvimento dos programas e projetos previstos neste instrumento, juntamente com o EXECUTANTE (Letra "c", II, Cláusula 3ª do Termo de Cooperação)	Projetos em execução	Semestral	jun/26	jun/28	SERD
2	Apresentar relatórios semestrais de execução dos projetos (Letra "c", III, Cláusula 3ª do Termo de Cooperação. Modelo fornecido pela Serd)	Relatórios apresentados	Semestral	jun/26	jun/28	Executante/ Coordenador do Projeto/ Município
3	Participar de forma periódica, de reuniões destinadas ao monitoramento das ações programadas e à avaliação dos resultados pactuados (Letra "b", I, Cláusula 3ª do Termo de Cooperação)	Reuniões realizadas	semestral	jun/26	jun/28	Equipe técnica Serd e Coordenador do Projeto
4	Realizar apresentações relativas aos projetos vinculados a este Termo, em comitês, eventos, reuniões ou outras instâncias que se fizerem necessárias ao cumprimento de obrigações decorrentes do Acordo Judicial e perante órgãos de controle ou monitoramento. (Letra "c", I, Cláusula 3ª do Termo de Cooperação)	Apresentações realizadas	Variável de acordo com demanda da SERD e Órgãos de controle e	jun/26	jun/28	Serd e Executante/coordenadores do projeto Município

Item	Especificação	Unid	Quant	Duração		Responsável
				Início	Término	
5	Divulgar, por meio dos canais institucionais oficiais e peças de divulgação as ações decorrentes da presente parceria, garantindo ampla publicidade e transparência à sociedade. (Letra "d", I, Cláusula 3ª do Termo de Cooperação)	Divulgações realizadas	Variável de acordo com ações executadas	jun/26	jun/28	SERD e Executante/ Município
6	Cadastrar e alimentar o Portal de Transparência do Acordo	Projeto cadastrado/ alimentado	Semestral	jun/26	jun/28	Executante/Município
7	Cadastrar do Termo de Cooperação e atividades decorrentes deste Plano de Trabalho no Sistema de gestão de projetos disponibilizado pela Serd (Letra "h", III, Cláusula 3ª do Termo de Cooperação) - PMO	Projeto cadastrado	01	jun/26	jun/28	Executante/Coordenador do Projeto/Município
8	Atualizar o Sistema de gestão disponibilizado pela Serd (Letra "h", III, Cláusula 3ª do Termo de Cooperação) - PMO	Projeto atualizado	semestral (antes da realização da reunião prevista item 3)	jun/26	jun/28	Executante/Coordenador do Projeto/Município
9	Apresentar a prestação de contas final referente à totalidade dos recursos recebidos (Letra "j", III, Cláusula 3ª do Termo de Cooperação. Modelo fornecido pela Serd)	Relatório de prestação de contas recebido	01		Jul/28	Executante/Coordenador do Projeto/Município

3.4. CRONOGRAMA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO EXECUTOR (R\$)

Nº da ação	Descrição da ação	Recurso SERD	ANO 1 - Ano 2026		ANO 2 - Ano 2027		ANO 3 - Ano 2028		ANO 4 - Ano 2029	
			1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem
1	Requalificação do Porto de Regência Augusta no Município de Linhares/ES	4.551.631,70	2.000.000,00	2.551.631,70						



3.5 PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

GRUPO	NATUREZA DE DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)				
			RECURSO SERD	2026	2027	2028	2029
Subtotal Custeio							
Capital	444404200	Transferências a Municípios/auxílios	4.551.631,70	4.551.631,70			
Subtotal Capital			4.551.631,70				
TOTAL GERAL DO PLANO DE TRABALHO – RECURSO SERD							



4. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO DA SERD (R\$)

O Executor deverá informar, neste tópico, a estimativa de desembolso mensal dos recursos a serem recebidos ao longo do prazo de vigência.

ANO I - 2026					
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
0,00	0,00	0,00	2.551.631,70	0,00	0,00
ANO II - 2027					
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANO III - 2028					
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MARCOS AURÉLIO SOARES DA SILVA

Secretário de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDURB

5. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

APROVADO

MARGARETH BATISTA SARAIVA COELHO

Secretário de Estado de Recuperação do Rio Doce - SERD



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 08/05/2026 15:56:17 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por CAROLINA MAIA GOMES DE OLIVEIRA (TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR - DT - SEAMA - SEAMA - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-M1WMWV>

2026-M1WMWV - E-DOCS - CÓPIA SIMPLES 08/05/2026 15:56 PÁGINA 20 / 20

2026-QJMQ5Q - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 14/05/2026 13:49 PÁGINA 25 / 163